

ANC
CPEC

Sarney não enviará anteprojeto à Constituinte

BRASÍLIA — Aplausos, restrições, interesse e desprezo foram os sentimentos que acompanharam ontem, na sociedade e no Governo, a solenidade de encerramento dos trabalhos da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, que entregou ao Presidente José Sarney uma proposta de Constituição composta de 468 artigos, cujo destino somente a Assembleia Constituinte definirá. Sarney disse ontem que não enviará o anteprojeto à Constituinte, a menos que os deputados e senadores encarregados de elaborar a nova Carta peçam. As restrições ao anteprojeto se estendem do Governo que criou e manteve a Comissão por um ano, ao custo de Cz\$ 7,3 milhões, à Central Única de Trabalhadores (CUT) e, com especial intensidade, são feitas pela classe empresarial. A Ordem dos Advogados do Brasil simplesmente ignora a Comissão Afonso Arinos, enquanto a CNBB manifesta interesse pelas sugestões do grupo.

Entre os conceitos ouvidos em diversos setores da sociedade, sobre as conclusões a que chegou a Comissão em 105 horas da reunião, revela-se unânime o ponto-de-vista de que os 49 conselheiros que subscreveram o texto final produziram, acima de tudo, uma proposta polêmica.



Sarney e seus Ministros, além do Deputado Fernando Lyra, ex-Ministro da Justiça, ouvem o discurso de Arinos

Empresários consideram anteprojeto estatizante e falho na ordem social

BRASÍLIA — Estatizante demais. É como a maior parte do empresariado, representado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), define o anteprojeto da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. O Presidente da CNI, Albano Franco, e o Presidente eleito da Fiesp, Mário Amato, criticam o capítulo referente à ordem econômica e também alguns dispositivos da ordem social, apoiando o conselheiro Luís Eulálio Vidigal, que teve algumas de suas propostas derrotadas na Comissão.

Amato afirma que o trabalho prevê a possibilidade de instituição de reserva de mercado em outras áreas da indústria nacional, o que, em sua opinião, "é um drama". Para ele, a indústria nacional precisa de proteção, mas não por este tipo de dispositivo constitucional, e sim por tarifas, e apenas durante um certo tempo.

— Há uma desconfiança generalizada. Será que vamos ter um capita-

lismo de Estado, um socialismo ou uma democracia ampla e irrestrita? — indaga o empresário.

Também não agradaram aos empresários os dispositivos que ampliam o direito de greve e reduzem a jornada semanal de trabalho para 40 horas. Amato discorda do direito de greve para as categorias vinculadas às atividades essenciais:

— A população merece respeito e não é possível, por exemplo, deixar crianças morrerem porque os médicos estão em greve.

Quanto à redução da jornada de trabalho, ele considera uma tendência natural do mundo, mas sustenta que isso não pode ser feito de uma hora para outra, e sim progressivamente.

Amato critica também o tamanho do projeto — mais de 400 artigos, que ainda não teve tempo de ler totalmente —, afirmando que não há Constituição no mundo que comporte tantos detalhes.

Faoro denuncia a divisão do comando

BRASÍLIA — "Isto é elocubração que não tem nada a ver com o debate constitucional", afirma o constitucionalista Raymundo Faoro sobre o anteprojeto apresentado pela Comissão Provisória para Estudos Constitucionais. Faoro, que considera a Comissão "elitista e fundamentalmente errada", critica a forma de Governo proposta pelos notáveis, o "dualismo de complementaridade".

— Acho que a Comissão está querendo o loteamento do latifúndio, dividindo o poder entre as pessoas que já estão com ele — diz o jurista, acrescentando que a fórmula, um misto de presidencialismo e parlamentarismo, pretende "sacralizar o que aí está".

Em sua opinião, o regime proposto é "perigoso", pois continuará mantendo a concentração de poder e estabelecendo dificuldades para a alternância de poder. De acordo com Faoro, a ideia da dualidade — as atribuições do Executivo ficam divididas entre o Presidente da República e um Presidente de Conselho — "apenas divide os comandos entre os que estão comandando".

Também o capítulo referente aos direitos do cidadão, engrossado pela Comissão com novos dispositivos, não impressionou o constitucionalista: "As declarações de direito têm um sabor de Século 18", ironiza. Crítico também o detalhamento excessivo do projeto, em mais de 400 artigos, como se fosse "um tratado".

— Não se pode querer regular tudo na Constituição, que deve conter o mínimo necessário — observa.

Jurista: Aplicação da Carta é gradual

BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Afonso Arinos, preferiu não comentar algumas críticas ao anteprojeto, mas afirmou que "a Constituição não é feita para ser aplicada em todos os seus termos, e sim para ser uma norma que progressivamente vai se tornando possível aplicar".

— Estamos atravessando uma fase de transição, de crise, e não se pode fazer uma Constituição para cada etapa da crise.

A declaração do jurista foi a resposta a uma indagação sobre a aplicabilidade das normas contidas no anteprojeto, como por exemplo as do capítulo relativo aos direitos individuais. Quanto às restrições do Governo e do empresariado à mudança do regime presidencialista para semipresidencialista e ao caráter estatizante do texto, Afonso Arinos disse que se procurou oferecer condição para que a economia esteja ligada ao progresso social.

Arinos acredita que o anteprojeto será aperfeiçoado pelo futuro Congresso.

Para o jurista, o tamanho do anteprojeto — 568 artigos, incluindo as disposições transitórias — não tem nada que ver com seu significado. Ressaltou que a Constituição americana não é aquele texto aprovado na Convenção de Filadélfia contendo poucas páginas: "a Constituição Americana é toda a Jurisprudência da Suprema Corte".

Arinos destaca momento histórico

BRASÍLIA — A mudança brasileira será em breve, ou não será, e se o Governo não a fizer terá perdido "sua oportunidade histórica", afirmou ontem o jurista Afonso Arinos de Melo Franco, em seu discurso durante a solenidade de entrega do anteprojeto elaborado pela Comissão. O Presidente José Sarney, respondeu num improviso: "Mestre Afonso Arinos disse que é necessária a grande mudança, afirmando que esta será muito em breve ou não será. Com determinação, eu afirmo: será".

Sem usar nenhuma vez a palavra "projeto" — referiu-se às conclusões dos estudos da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais como "relatório" e "acervo de contribuições" —, Sarney disse que "o aproveitamento das ricas sugestões" será obra da Constituinte, "em sua indelegável soberania", deixando claro que não as encaminhará à Assembleia como propostas do Governo.

— O relatório da Comissão é muito mais do que uma proposta. É um acervo de contribuições para a reflexão dos futuros integrantes da Assembleia Nacional Constituinte — disse o Presidente, acrescentando que o documento contém inovações e encerra sugestões dos mais diversos setores da sociedade.

A questão da destinação do projeto fora abordada com elegância por Arinos que, em seu discurso, deixou claro que não espera transformá-lo numa proposta do Executivo:



O Presidente condecora o jurista Afonso Arinos, que presidiu a Comissão

— Não reivindicamos nenhum tratamento, nenhum destino para o nosso trabalho. Apenas o defendemos, em qualquer pretório, quando nos parecer conveniente — afirmou. Ponderou, contudo, que, seja ou não o anteprojeto enviado à Constituinte, "o inevitável é que ela o absorva como um dos seus mais importantes documentos de consulta. As crises políticas, institucionais e sociais vividas pelo país nos últimos

50 anos foram lembradas nos dois discursos. Recordando o 40º aniversário da Constituição de 1946, Sarney referiu-se às crises dizendo que hoje vivemos "uma crise de nossa própria identidade e de nossas inquietações cívicas". Segundo ele, muitas dessas inquietações estão refletidas no trabalho da Comissão. Arinos atribuiu o meio século de crises em um século de República "a forma imitada e mal aplicada do Go-

verno presidencial". O Presidente da Comissão deu um tom marcantemente social a seu discurso, insistindo na necessidade das mudanças, a fim de propiciar "a integração gradativa do povo no Estado, do nosso povo que tem mais de 30 milhões de pessoas praticamente alheias à ação do Estado". Fez ainda uma comparação com o processo da Abolição da Escravatura: "As favelas de hoje são como as senzalas de ontem", afirmou.

A Comissão encerrou seus trabalhos oficialmente na manhã de ontem, em sessão solene no Ministério da Justiça, sob a Presidência do Ministro Paulo Brossard ao lado de Afonso Arinos. Presente às duas solenidades, o ex-Ministro da Justiça Fernando Lyra — autor do decreto de criação da Comissão —, prometeu lutar na Constituinte pela aprovação das propostas. Os três Ministros integrantes da Comissão Arinos — além de Brossard, os Ministros da Cultura, Celso Furtado, e da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães —, que se afastaram dos trabalhos ao assumirem os cargos, compareceram à entrega do projeto e também o assinaram.

Com exceção de Lyra, nenhum deputado ou senador compareceu às solenidades de ontem. No Palácio do Planalto, estiveram as mulheres de alguns conselheiros, além da família de Arinos. A sala de audiências do gabinete presidencial foi pequena para todos.

Presidente reage à sugestão de extinguir o TFR

BRASÍLIA — "Estou certo de que o futuro deste Tribunal, no conjunto de nosso futuro ordenamento constitucional, não será preservado apenas pelo penhor de sua atuação; será ampliado como garantia de nossas conquistas democráticas", declarou ontem o Presidente José Sarney, ao discursar na solenidade de comemoração dos 40 anos do Tribunal Federal de Recursos.

Essa afirmação foi uma crítica velada à sugestão — que uma hora depois ele receberia no bojo do anteprojeto de Constituição da Comissão Afonso Arinos — de extinção do TFR e criação do Superior Tribunal de Justiça.

Mas o Governo fará restrições a outra inovação proposta pela Comissão Afonso Arinos, que amplia o grau de estatização da economia. Comentava-se ontem no Planalto que a orientação da Comissão gerou equívocos capazes de prejudicar projetos de desenvolvimento nacional. Um colaborador direto de Sarney revelou que o Planalto vem recebendo com frequência manifestações de

inquietação de investidores estrangeiros que pretendem aplicar recursos no Brasil. Esses investidores, de acordo com o informante, estariam dispostos a aguardar que a Constituinte estabeleça os novos parâmetros da economia brasileira. E, se a tendência estatizante for confirmada, vão procurar outros países que privilegiem o livre mercado.

O Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, afirmou que é contra o princípio do "dualismo de complementariedade" estabelecido no anteprojeto, que copiaria o parlamentarismo francês. Maciel considera o parlamentarismo inadequado para uma nação sem partidos sólidos, como é o caso do Brasil.

Já o Ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, que foi membro da Comissão Afonso Arinos, preferiu destacar as virtudes de proposta, acentuando que ela provocará o debate de questões polêmicas, tais como o sistema de Governo, iniciativa privada, papel das Forças Armadas e limite de direitos pes-

soais. O Ministro da Justiça, Paulo Brossard, também admitiu que faz restrições a algumas propostas do projeto, mas se recusou a citá-las.

O Presidente do Tribunal Federal de Recursos, Washington Bolívar de Brito, durante a solenidade comemorativa dos 40 anos do TFR, manifestou sua preocupação com a tese esboçada pela Comissão Arinos a favor da extinção do TFR.

— Pena que tenha que fazer a crônica dessa morte anunciada. Atribui-se a morosidade da Justiça à lentidão dos julgamentos, quando não à preguiça ou desentusiasmo de alguns juizes, mas se os Tribunais ainda não se libertaram de tais defeitos não é menos verdade que essa lentidão resulta de leis processuais multiplicadoras de recursos e propiciadoras da chicana de que se valem os próprios órgãos da administração direta e descentralizada do Estado, aumentando-lhes a espera e o sofrimento dos aflitos, desatendendo até a mais reiterada e pacífica jurisprudência dos Tribunais.

Planalto não envia texto à Assembleia

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney não encaminhará à Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em novembro, o anteprojeto de Constituição elaborado pela Comissão Provisória para Estudos Constitucionais que ele criou em julho do ano passado. O Presidente entende que a Constituinte é livre e soberana para fazer seu próprio projeto, e ele não pode interferir nos trabalhos do Legislativo.

A posição de Sarney foi transmitida pelo Porta-Voz do Palácio do Planalto, Fernando César Mesquita, depois de solenidade em que o jurista Afonso Arinos entregou o documento final da Comissão ao Presidente. Fernando César explicou que Sarney só enviará o anteprojeto a pedido dos constituintes.

— O Governo não pode encampar o anteprojeto nem a título de sugestões aos constituintes porque seria uma interferência indevida do Executivo ao Legislativo — justificou o Porta-Voz.

Magistrados paulistas reivindicam uma Justiça acessível e mais rápida

RECIFE — Em protesto contra o anteprojeto elaborado pela Comissão Afonso Arinos, a Associação Paulista de Magistrados apresentou ontem, no 10º Congresso Brasileiro de Magistrados, que se realiza em Recife, uma moção assinada por 802 dos 900 juizes de São Paulo, defendendo uma Justiça mais rápida e acessível à população. O Presidente da Associação, Desembargador Odyr Porto, acusa a Comissão de não ter se preocupado com isso, o que atribui à ausência de magistrados no grupo.

— Achaamos que o maior anseio da população é por uma Justiça eficiente e acessível, e esse justo e humano anseio não foi atendido pelo anteprojeto, que nesse ponto pecou por omissão — observa Odyr Porto.

Defensor dos Juizados de Pequenas Causas, ele disse que os membros da Comissão Arinos descuidaram da criação de "instrumentos populares de participação", que poderiam agilizar o julgamento de processos. Manifestou-se favorável à

ação penal popular, na qual qualquer pessoa pudesse denunciar crimes cometidos por administradores públicos e entidades financeiras estatais, o que hoje é atribuição exclusiva do Ministério Público.

Contrário à pena de morte e à prisão perpétua, o Desembargador Odyr Porto pediu ainda a criação de novos presídios, "bem organizados, para os criminosos pagarem suas penas em condições humanas".

A moção dos juizes paulistas será enviada ao Presidente Sarney, após o 10º Congresso Brasileiro de Magistrados, que termina amanhã e conta com a participação de quase 1.500 representantes da classe em todo o País. Amanhã, os congressistas aprovarão uma série de propostas para serem enviadas à Assembleia Nacional Constituinte, informou o Presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco e organizador do congresso, Juiz Aluizio Tenório de Brito.

Sociedade civil critica. Mas CNBB reconhece mérito

BRASÍLIA — Das entidades da sociedade civil que criticaram a criação da Comissão Provisória para Estudos Constitucionais, por julgá-la elitista, apenas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a ter uma opinião favorável ao produto de seus trabalhos, considerando que o projeto tem propostas inovadoras e é um bom ponto de partida para as discussões. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), segundo seu presidente Herman Baeza, prefere ignorar o anteprojeto. Apontando falta de respaldo popular, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) também não se entusiasma com a proposta, assim como a Asso-

ciação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), que faz críticas ao capítulo da educação.

Agradou à CNBB, principalmente, a valorização dos direitos do cidadão, expressa no projeto com a criação de novos direitos, como o *habeas data* — direito à informação e à rejeição de qualquer tipo de discriminação. Além disso, segundo D. Luciano, o trabalho demonstra "um teor social bem maior do que as Constituições precedentes".

Assim como a OAB, a CUT continua mantendo a crítica de que "uma comissão de notáveis não pode substituir a população". Para o dirigente Jacó Bittar, "o Governo está afastando o povo do processo constituinte".

Por isso, afirma que "de nada adianta" o surgimento de propostas da Comissão favoráveis aos trabalhadores, como a diminuição da jornada de trabalho semanal para 40 horas.

Apesar de ter seu Presidente, José Francisco da Silva, entre os integrantes da Comissão, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) considera o projeto apenas razoável e mesmo tímido na parte referente à reforma agrária.

O Presidente da Contag reconhece, no entanto, que o projeto avançou em relação à atual Carta, embora esteja aquém daquilo que defendem os trabalhadores rurais.